

16

Produção de Conhecimento e Análise de Políticas Sociais: Produção Local do Serviço e Relações de Gênero; Um Olhar Por Dentro e Pelas Margens¹

Isabel Georges

Introdução

Este texto tem como objetivo contribuir para a reflexão teórica-metodológica sobre as condições de produção do conhecimento na área das Ciências humanas no Brasil, a partir do campo de análise das políticas sociais e da ação pública. Como base, proponho um artigo síntese de um amplo estudo realizado por mim nos últimos anos, no âmbito de diversos projetos de pesquisa e de cooperação multilaterais². Nesse sentido, trato de explicitar o valor heurístico de um estudo multi-escalar e multissituado, de longa duração, das cadeias de produção dos serviços e programas de saúde e de assistência, na cidade de São Paulo³, durante o assim chamado “período lulista” (SINGER e LOUREIRO, 2016), ou seja, nos diversos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que se sucederam entre 2003 e 2016. A hipótese de trabalho subjacente que alimenta este texto é que, retrospectivamente, confirma-se dolorosamente a ambiguidade consubstancial

¹ Esse capítulo é fruto da minha participação no III Seminário México, América Central y Caribe em debate: “Internacionalizar las ciencias sociales de, en y con América Central y Caribe”, no Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil - MeCACB (ELA/UnB-Brasil), em associação com o LMI MESO (IRD-CIESAS), 5 a 9 de março de 2018, UNB/ Brasília.

² “A nova gestão da questão social no Brasil : entre participação e mercantilização”, CNPq-IRD, 2011-2015; “Offre institutionnelle et logiques d’acteurs : femmes assistées dans six métropoles d’Amérique latine”, LATINASSIST - ANR Les Suds II, 2011-2014; « Emergência e reinvenção : « novas » e « velhas » políticas sociais no Brasil » », CNPq-IRD, 2014-2018; « Construção de alternativas sócio-ocupacionais de mulheres entre Estado, mercado e família », CNPq-Universal, 2013-2016; LMI SAGEMM – « Social activities, gender, markets and mobilities from below (Latin America) », IRD, 2016-2018.

O conjunto da pesquisa deu lugar, entre vários artigos, para a publicação do livro realizado em co-autoria: GEORGES, Isabel, SANTOS, Yumi Garcia dos, *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.

dessas políticas que abriu caminho para a bifurcação atual de suas trajetórias, assim como para a inversão da conjuntura nacional brasileira e regional latino-americana em consonância com o âmbito global.

Destaco a dimensão da construção de gênero dessas políticas, ou seja, a passagem das mulheres (sob o manto “da família”), como seu público alvo, para a instrumentalização do gênero feminino, tanto na figura de “mãe de família” como de trabalhadora dos próprios programas, é central e atravessa todas as escalas de análise, assim como a concepção, operacionalização e implementação das políticas sociais do período analisado.

Nas duas últimas décadas, a América Latina, e mais especificamente o Brasil, foi considerada como um “laboratório” de políticas sociais, à meio caminho entre segurança social e reconhecimento de direitos e aplicação de novas condicionalidades (LAUTIER, 2012). No Brasil, essas “novas” políticas sociais são fruto da conjunção entre duas tendências opostas, a assim chamada “confluência perversa” (DAGNINO, 2006) entre o reconhecimento das reivindicações da população apresentadas pelos movimentos populares dos anos 1980 de luta contra a ditadura e pela chamada “abertura democrática”, bem como a aplicação de políticas neoliberais de redução de custos sociais nos anos 1990, sob a pressão de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Mais recentemente, na crise mundial que escalou em 2008, o Brasil foi um dos países que mais tempo resistiu à conjuntura de recessão. Apesar da diminuição dos níveis absolutos de pobreza, observa-se uma permanência das desigualdades sociais no final da década, assim como uma “mercantilização da pobreza”, transformada em mercado de consumo. Nesse contexto, qual o peso das políticas sociais? Em que medida elas contribuem para uma redução ou uma reprodução, bem como para um aprofundamento das desigualdades sociais? E mais especificamente, qual o lugar das mulheres nessas políticas, analisadas por meio das práticas do(a)s trabalhadore(a)s do Estado, nos seus diversos níveis, e como usuárias dos serviços ofertados?

Na época do capitalismo neoliberal, as políticas de precarização do trabalho, que visam a princípio o papel tradicionalmente masculino dos *breadwinners*, estão sendo acompanhadas de políticas sociais do “cuidado”⁴, visando mais especificamente às mulheres para assegurar a função do cuidado e de reprodução da sociedade. Trata-se dos dois lados de uma mesma moeda, de uma gestão articulada das atividades de produção e de reprodução (CABANES, GEORGES, 2014). De certa forma, paradoxalmente, essas políticas com aparência emancipatória designaram às mulheres a função do “cuidado”, tanto no espaço das famílias, quanto nas suas interfaces com a esfera pública (GEORGES, 2014). Nesse contexto, o “cuidado” surge como a face moral do capitalismo contemporâneo no sentido do que o Estado, aparentemente, assume a sua responsabilidade de

⁴ Para a genealogia desta terminologia do « cuidado », e a respeito do seu uso, cf. Georges, 2017.

cuidado, mas o terceiriza, designando essa função às mulheres, tanto na esfera pública como trabalhadoras, quanto na esfera privada ou na interface das duas (DESTREMAU, GEORGES, 2017).

O objetivo que permeia essa análise é buscar compreender o lugar da mulher num conjunto de transformações atuais da sociedade brasileira, como as reconfigurações familiares e a transição demográfica, as polarizações do mercado de trabalho e as relações entre o Estado, em seus diversos níveis, e a população, os seus “sujeitos”, “cidadãos”, beneficiários e/ou usuários de serviços. No cruzamento das teorias da “feminilização da pobreza” por um lado, e do empoderamento das mulheres através dessas políticas pelo outro (BRADSHAW, 2008; MOLYNEUX, 2006), qual o papel das mulheres nessas políticas, tanto como atores, quanto como “beneficiárias”?

A análise está fundamentada em uma pesquisa de tipo etnográfico, baseada em observações participantes, realizadas no acompanhamento do trabalho do(a)s profissionais, tanto nas suas respectivas entidades (Unidade Básica de Saúde, Serviço de Atendimento Social às Famílias, em duas entidades de assistência de cunho religioso, e no Centro de Referência à Família, na subprefeitura), como na rua e no domicílio do(a)s usuário(a)s. Depois desse primeiro contato, foram realizadas visitas domiciliares aos usuários sem os profissionais. Ao total, foram feitas cerca de 150 entrevistas semi-diretivas sobre a trajetória sócio-profissional com trabalhadore(a)s de diversos níveis hierárquicos nos dois setores, nos seus lugares de trabalho, na maioria dos casos, assim como com o(a)s usuário(a)s dos serviços, nos seus domicílios, em dois bairros periféricos da zona Leste de São Paulo. Foram consultados documentos diversos e foram feitas entrevistas e conversas informais com militantes, profissionais e gestores, tanto ligados ao poder público, como às entidades “parceiras”.

Metodologia: escalas, territórios e atores

A minha análise das políticas sociais do “cuidado”, como as de assistência e de saúde, apoia-se no estudo sobre as formas de operacionalização dessas políticas, que implementam o(a)s diverso(a)s atores envolvido(a)s, tanto em âmbito local como nacional. Essa abordagem difere da fundamentada nas cadeias globais (transnacionais) de produção do cuidado estudados por Hochschild (2000). Nesse sentido, busco analisar a gestão sexuada das condutas, códigos e práticas do(a)s atore(a)s. Essa perspectiva ampla de pesquisa foi surgindo dos resultados de uma série de projetos de pesquisa anteriores que realizei. Interessada inicialmente pelas saídas individuais e coletivos dos moradore(a)s das periferias de São Paulo, meu interesse foi se deslocando progressivamente para entender a presença do Estado nesses territórios que, até então, no fim da primeira década do século XXI, era caracterizada principalmente pela suposta ausência. Portanto, o desenho de pesquisa, naquele momento, começou “desde baixo”, pelas relações com as diversas associações e cooperativas de bairro e com a população dos moradores (CABANES et al. 2009, 2011; GEORGES, LEITE, 2012). Progressivamente, em função da definição de nossa problemática de pesquisa, o meu olhar foi se centrando nas formas de presença do Estado e suas articulações com outras instâncias de ordenamento (GEORGES, 2012, 2013).

Junto com outros(as) pesquisadores(as), elaborei um desenho de pesquisa multi-escalar através da prática de observação participante nas visitas domiciliares aos diversos trabalhador(a)s sociais e nas reuniões de equipe nos postos de saúde e de média/longa duração. Assim, a identificação de uma nebulosa de atores, que operacionalizam e implementam essas políticas, engloba em espectro cada vez mais amplo ao longo das cadeias de terceirização delas, entre os setores privados e públicos, e um conjunto de mediadores e operadores da assim chamada “sociedade civil”. Essas diversas escalas, os diferentes setores relacionados e territórios surgem como resultado de um conjunto de incursões de pesquisa e não como seu ponto de partida (GEORGES, RIZEK, 2016).

Este desenho de pesquisa, portanto, é fruto de um trabalho em etapas, típico de pesquisa qualitativa, que se fundamenta na alternância entre descrição e interpretação, entre dedução/indução, entre idas e vindas à campo, em função do avanço da reflexão e não de um protocolo de pesquisa preestabelecido, como costuma ser nas chamadas Ciências Exatas. A elaboração deste desenho de pesquisa somente foi possível porque pudemos assegurar, nesse período, uma certa continuidade da pesquisa, mediante o seu financiamento em formato de projeto (cf. nota 2), e pelo fato de os próprios pesquisadores poderem beneficiar-se de uma estabilidade de emprego como professores das Universidades públicas brasileiras que possuem entre suas atribuições a realização de pesquisa. Nesse

sentido, no âmbito de uma equipe de pesquisa nacional composta por um conjunto de pesquisadore(a)s tendo diferentes entradas setoriais (saúde, assistência, habitação social, cultura, etc.), a pesquisa revelou a existência de um conjunto de relações intersetoriais e de formas de mediação.

No caso do Brasil, à diferença de outros países latino-americanos que fizeram parte da primeira pesquisa sobre as políticas de assistência na América Latina, financiada pela Agence National de la Recherche (ANR) da França, nossa equipe era mais ampla e ultrapassava o foco mínimo estipulado em seu projeto inicial. Essa maior diversidade de campos que se revelou tão frutífera em termos de pesquisa coletiva e de resultados articulados, foi possível tanto pela abundância de professores e pesquisadores qualificados durante este período, como pela minha longa permanência, como pesquisadora do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD) da França, em condição de expatriamento⁵⁶⁷. Essas condições de trabalho são intrinsecamente relacionadas com o nível de excelência, e de originalidade dos resultados dessa(s) pesquisas em Ciências Humanas.

Entre essas relações intersetoriais, um dos resultados mais significativos são o que chamamos de “privatizações cruzadas” (RIZEK, 2013; GEORGES e SANTOS, 2016), ou seja, as relações de repasse de verba, por mecanismos legais de captação de recursos (lei Rouanet), entre os setores da cultura e da saúde, por exemplo⁸. Outro conjunto de relações fundamentais entre os setores tange às condicionalidades: o que se configura como “direito” no âmbito de uma política (por exemplo o direito à educação; ou o direito à saúde) transforma-se em *condicionalidade* no âmbito de programas e serviços como o Bolsa família (taxa de frequência escolar, e exames médicos pré-natais, e da pequena infância). Políticas como o Programa Bolsa família e o Programa Minha Casa Minha Vida

⁵ Um dos efeitos « colaterais » desses períodos de implementação de projetos de pesquisa interinstitucionais e de longa duração, é a elevação do nível de excelência das instituições onde atuamos, e os avanços notáveis em termos de carreira profissional de nossos parceiros.

⁶ Durante os períodos de “expatriação”, os pesquisadores franceses são “emprestados” para as instituições de ensino e de pesquisa públicas do assim chamado país “em desenvolvimento” onde vão atuar no âmbito de projetos de pesquisa bilaterais com órgãos públicos do país “receptor” do pesquisador cuja carreira profissional e desempenho continuam sendo avaliados no país de origem. Nesse sentido, a “coprodução” da pesquisa é um dos itens centrais da avaliação profissional do pesquisador estrangeiro. No caso, como pesquisadora francesa, circulando deste 2001 entre várias instituições de pesquisa (Cebrap) e Universidades públicas do Estado de São Paulo (USP-FFLCH, São Paulo e IAU, São Carlos, Unicamp, Universidade federal de São Carlos), e de outros Estados brasileiros (Minas Gerais, Ceará), tive o privilégio de testemunhar, durante aproximadamente 10 anos, entre 2003 e 2013, um aumento visível e constante da qualidade do ensino e da pesquisa em Ciências Humanas, assim como uma diversificação grande do corpo dos estudantes, em decorrência dos investimentos maciços do Estado brasileiro na área, nesse período.

⁷ Além desta maior autonomia de deslocamentos, e de presença em diversos campos, e de tempo, implica, também, uma maior autonomia institucional local – ou seja, de independência das conjunturas institucionais políticas locais, e de seus conflitos, constelações de poder, até um certo ponto.

são reveladoras, de forma emblemática, das ambiguidades subjacentes das políticas sociais do assim chamado “período lulista” (SINGER e LOUREIRO, 2016; SINGER, 2018; GEORGES e RIZEK, 2018) que mostram tanto as continuidades com as políticas neoliberais dos governos anteriores (em particular de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), como as rupturas em termos de reconhecimento simbólico de partes importantes da população brasileira, objeto de uma desconsideração estrutural. Política de combate à pobreza recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que virou *Best Practice* recomendado pelo Banco Mundial, num caso; e política anticíclica, de subvenção do setor da construção civil no período pós-crise dos sub-primés de 2008 no outro, ambas as políticas foram concebidas como sendo focalizadas, visando um público-alvo específico. Ora, em ambos os casos, em vista dos níveis de pobreza no início da década e do período de políticas sociais consideradas mais “voluntaristas”, é que essas políticas sociais se tornam de certa forma universais na prática (LIMA, 2017).

O que há de “novo” na geração das “novas políticas sociais” do período “lulista”?

O que reúne as diversas políticas sociais deste período – e apesar de suas formas de continuidade que ficaram mais patentes depois da mudança radical de conjuntura em 2016 (GEORGES, CEBALLOS, 2014; GEORGES, RIZEK, 2018) – são três características transversais: elas são “territoriais”, “participacionistas” e com forte enfoque de gênero. No Brasil, em particular durante os anos 1990, a descentralização da implementação das políticas sociais para as municipalidades, em contrapartida da responsabilidade fiscal para com a Federação, constitui-se como resposta a demanda social de melhor repartição do poder político entre as diversas instâncias administrativas brasileiras (Federação, Estado e Municípios), mas também de reforma interna do Estado, intensificando, desta forma, uma tendência privatista presente desde o período da ditadura militar (VERAS, 2008). Ao mesmo tempo, essa particularidade criou um mosaico de situações e de mercados locais em termos de práticas, normas e formas de mediação na implementação local dessas políticas, apesar de sua definição e ratificação em nível federal – e independentemente das instâncias eventuais de democracia participativa contribuírem para os seus contornos (TRIPIER, GEORGES, 2012).

⁸ Esta « descoberta » foi realizada na ocasião de uma visita à campo (na periferia de São Paulo) em dezembro de 2012, que organizamos, em conjunto com o adido científico da época, do consulado francês em São Paulo, para um ex-Ministro francês (do governo de François Fillon, entre 2007 e 2010, no departamento das Solidariedades ativas contra a pobreza e pela juventude (“Soldarités actives contre la pauvreté et la Jeunesse”), em visita no Brasil para fazer de “*Ben-chmarking*” das políticas sociais brasileiras.

A dimensão “participacionista” é outro “imbróglio”, fonte de práticas e representações contraditórias diversas: essas políticas sociais – entre as quais as políticas públicas de saúde em primeiro lugar, e de forma mais abrangente – são o fruto dos movimentos sociais e reivindicações de abertura democrática dos anos 1980 (SADER, 1988; LIMA, MOURA, 2005; LIMA, COCKELL, 2009). Nessa perspectiva, a geração das agentes comunitárias de saúde que começam a trabalhar em São Paulo desde os anos 2000, com a generalização tardia do Programa de Saúde da Família na cidade, tem que preencher como pré-requisito, além de residir na micro-área onde vão atuar, uma atuação comunitária, como *líder* comunitário; dimensão que deixou o lugar para a formação técnica, progressivamente a partir do fim da década de 2000. Além da transformação dessas práticas, a dimensão central revela-se, todavia, a partir das formas de legitimação dessas políticas: nesse mercado moral “à la Thompson”, em troca da institucionalização da demanda dos movimentos, as formas de implementação dessas políticas sociais instrumentalizam o trabalho das mulheres no sentido de suas condições de trabalho precárias e dos baixos salários, ou seja, em troca de pouco (GEORGES, 2011). Ao final de contas, trata-se de políticas de pobres para pobres.

Em consonância com essas duas primeiras dimensões, a terceira – a dimensão de gênero (e de raça, muito menos explícita) – é consubstancial das duas primeiras. A maioria do(a)s trabalhadore(a)s que implementam estas políticas, assim como suas beneficiário(a)s são mulheres: a passagem do sexo do “público-alvo” dessas políticas – conforme as recomendações do Banco Mundial para as políticas de *Conditional Cash Transfer Programs* (CCTP), como o Bolsa Família no Brasil, desde os anos 1960, de rentabilização do capital humano das mulheres pobres com pouca qualificação formal, através do seu investimento na próxima geração, dos seus filhos (GEORGES, SANTOS, 2016, p.53) – é mediada pelas práticas de ativação e de condicionalidades. Conforme os nossos resultados de pesquisa, observa-se uma porosidade das fronteiras entre as categorias do(a)s trabalhadore(a)s e o(a)s beneficiário(a)s, no sentido de que não raro, estas últimas tornam-se trabalhadore(a)s de execução de diversos níveis destes programas, o que chamamos de “carreira moral” do(a)s “beneficiário(a)s” (Georges, Santos, 2013).

A gestão sexuada do social: o “cuidado” entre práticas e dispositivos

Uma dimensão transversal das diversas políticas sociais latino-americanas da primeira década do século XXI é a presença do que chamamos de “cuidado do Estado” (DESTREMAU, GEORGES, 2017)⁹, categoria operatória central dessas políticas. Essa categoria, no entanto, é paradoxal, pois é polissêmica por excelência (não farei aqui sua genealogia). O “cuidado” recobre uma diversidade de sentidos que variam conforme o(a) autore(a)s e suas posições. Todavia, a mobilização da mesma categoria por atores adversos permite concretizar uma atividade em comum (GEORGES, 2017). Nesse sentido, essa categoria “ônibus”, conforme Machado da Silva (2002; 2014), tem na prática uma função de mediação (GEORGES, 2017). Na sua maioria, essas políticas estão sendo concretizadas por mulheres, assim como as suas “beneficiárias”, ou seja, na sua grande maioria, trata-se de relações entre mulheres, de origens sociais em grande parte próximas, oriundas dos meios populares. Observam-se formas de coerção entre mulheres, mulheres colocando mulheres para trabalhar e criando formas de micro-diferenciação (GEORGES, SANTOS, 2013, *op.cit.*).

Esses processos de diferenciação passam por formas de categorização, produzindo modos de aproximação e distanciamento entre as mulheres pobres conforme o seu grau de adesão à gramática moral da assistência, na sua confluência com valores religiosos (SANTOS, 2014). A força desse dispositivo que foi chamado de “governo moral dos pobres” (LAUTIER, 2009; 2014) reside no fato de que estas formas de coerção se situam na interface entre as formas de reconhecimento dos papéis tradicionais do “cuidado” empenhadas pelas mulheres anteriormente, e as formas de implementação diversas de condicionalidades dos programas e serviços de saúde e de assistência e dos processos de moralização associados (GEORGES, SANTOS, 2016; DESTREMAU, GEORGES, 2017). Desta forma, esses processos reiteram essa dimensão da projeção identitária das mulheres e as conformam ao seu papel tradicional.

Além das relações intersetoriais já mencionadas, configurando uma es-

⁹ A ideia subjacente de « cuidado do Estado » que empregamos aqui situa-se nos antípodas das maneiras como o conceito pode ter sido mobilizado por autore(a)s feministas como Molinier (2013; 2018) ou Arango e Molinier (2011), enfatizado a ideia (essencialista) da existência (ou sua reivindicação) de uma ética feminina (feminista) do cuidado. Numa escala de análise visando integrar diversas funções sociais e formas do trabalho (produtivo e reprodutivo), a ideia aqui é de focar no papel do Estado na divisão social, sexual e racial do trabalho, implementando, por um lado, políticas neoliberais de precarização do trabalho (produtivo), e pelo outro, de (re)assignar as mulheres ao trabalho de reprodução, do cuidado, numa perspectiva global de “comodificação” da mão-de-obra, de redução dos gastos (sociais) e de terceirização da responsabilidade para o bem-estar do grupo familiar para com as mulheres.

pécie de “tecido” que se configura em formato de “dispositivo de governo” (Foucault, 2008), repleto de formas de ativação das mulheres (DESTREMAU e GEORGES, 2017) e de apropriação por parte delas, este dispositivo é composto por um leque de políticas sociais inter-relacionadas, que vão de políticas de assistência e socioeducativas, passando pela saúde, habitação, cultura e educação até a repressão (FELTRAN, 2014). Este dispositivo de “governo moral dos pobres” (LAUTIER, 2009; GEORGES e SANTOS, 2016; DESTREMAU e GEORGES, 2017) está sendo operado por um grupo de atores heterogêneos, entre os quais o(a)s trabalhadore(a)s do Estado de diferentes níveis hierárquicos e de estatutos e situações de trabalho, mas também associações, ONG, OSCIP e Organizações sociais, figuras jurídicas centrais do emaranhado de relações entre o público, o privado e a assim chamada “sociedade civil organizada”.

Categorizando e segmentando a população pobre em diversos subgrupos e unidades cada vez menores, transformados em “públicos-alvo”, atua uma triagem entre os “bons” e os “maus” pobres e operacionaliza uma gestão das desigualdades e do conflito através de uma moralização/repressão/militarização dos pobres e dos “territórios de pobreza”. Este governo, ou dispositivo de “governamentalidade” (Foucault, 2008), está sendo legitimado por um conjunto de técnicas sociais, de medição e de produção de indicadores, levando a uma “produção da demanda” (GEORGES e SANTOS, 2013)¹⁰. O conjunto destas práticas levou à criação de o que chamamos de um “mercado da pobreza” eleitoreiro e de “nichos” de negócios (GEORGES e RIZEK, 2012; GEORGES e SANTOS, 2016) onde estão sendo trocadas diversas formas de “mercadoria política” (MISSE, 1997)¹¹.

¹⁰ O mecanismo de legitimação que passa pela « produção da demanda », observa-se em outras políticas sociais, como as políticas de habitação social, como o Programa Minha Casa Minha Vida, cuja justificação se daria pela existência de um suposto « déficit habitacional » (Rizek et al., 2014).

¹¹ Conforme Misse (1997), definimos como “mercadoria política” « toda a mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico. » Misse demonstra que houve um primeiro patamar de legitimidade advindo desses procedimentos identificados como mercadorias políticas que se constituiu, historicamente, a partir do jogo do bicho, sendo posteriormente transferido para as relações permeadas pelo narcotráfico. A passagem do dinheiro sujo para o dinheiro parcialmente limpo do jogo do bicho – e socialmente considerado pelo menos por algumas frações da população como socialmente aceitável – funda, por meio dessas representações comuns, os laços orgânicos entre o legal/ilegal, admissível/inadmissível e dessa forma a possibilidade de constituição de um mercado de relações.

A ambiguidade do lugar das mulheres nas “novas” políticas sociais latino-americanas

O lugar das mulheres nestas assim chamadas “novas” políticas sociais latino-americanas, e mais especificamente brasileiras, ao longo do período “lulista”, é ambíguo: observa-se a criação de desigualdades entre mulheres, ao longo das cadeias de terceirização dos serviços públicos (assistência e assistência à saúde), das “empreendedoras morais” (BECKER, 1963) ou gerentes das diversas ONGs, implementadoras das políticas, às usuárias, passando pelos agentes de execução (GEORGES e SANTOS, 2013). Essas políticas e suas formas de operacionalização levaram, em certa medida, à naturalização e reprodução da função do cuidado da família e dos filhos das mulheres pobres, com escolarização insuficiente para inserção no mercado de trabalho, no interior dos programas de proteção social e combate à pobreza. Emerge, face à criminalização da pobreza (e em particular dos homens jovens negros, na periferia), uma nova centralidade da figura da mãe, como responsável da família frente aos serviços e programas sociais e de sua “boa” moralidade¹².

Estas políticas surgem como fruto da confluência entre as “políticas familistas” (MIOTO, 2010) nacionais e internacionais (da atuação do Banco Mundial nos anos 1960 até as políticas neoliberais dos anos 1990), a gramática moral e religiosa das entidades sociais de terceirização, presente nas abordagens das agentes nas famílias (visitas domiciliares) e da adesão das próprias mulheres beneficiárias (representantes). Nesse sentido, apesar das formas de dominação das mulheres presentes, a pertinência, e a eficácia dessas políticas residiu (e reside) na imbricação consubstancial entre essas dinâmicas de subordinação e de reconhecimento e de valorização do papel do cuidado que estas mulheres pobres assumiram (e assumem) em grande parte tradicionalmente, e que elas valorizam, ou seja, configura-se um quadro de reconhecimento inusitado para elas produzindo a sua aderência voluntária.

Conclusão

Globalmente, visamos mostrar um conjunto de mediações verticais (ao longo das cadeias de terceirização) e horizontais (entre setores, pelas relações financeiras, e de controle, pelas condicionalidades e através da concorrência com outras “instâncias de ordenamento” (como a religião, o dito “mundo do crime”) na criação das subjetividades individuais e coletivas; assim como uma divisão

¹² Não raramente, incumbe à essas mães, por um lado, a negociação dos seus « direitos » frente aos serviços e programas do Estado, como, pelo outro lado, a liberação dos seus filhos pelo tráfico.

social, sexual e racial do trabalho, mediada fortemente pela ação do Estado (em confluência com outras instâncias), que passa por um “governo moral dos pobres” que reitera estes papéis sexuais.

Foram observadas igualmente as “carreiras morais” (BECKER, 1963), que vão das “beneficiárias” potenciais, passando pelo(a)s trabalhadore(a)s (as primeiras “beneficiárias”) até o(a)s gerentes dos serviços e programas de terceirização por ONG, OSCIP e OS, na origem dos mecanismos de dominação de mulheres pobres, por outras mulheres pobres (GEORGES e SANTOS, 2013; 2016). Possibilitam, também, formas de desvio moral, ou de não-adesão voluntário ao serviço, na presença de outras saídas possíveis (religiosa, trabalhista, etc.), assim como um leque de formas de apropriação do trabalho do “cuidado”, tanto por homens como por mulheres (potenciais) beneficiário(a)s e/ou trabalhadore(a)s, negro(a)s e branco(a)s, inclusive arranjos de gênero, onde homens (negros), trabalhadores do social que encontraram nesta atividade um refúgio frente à violência policial, podem, pelo menos temporariamente, se encaixar, e transformar o sentido dos papéis do cuidado tal como previsto pela ordem capitalista neoliberal, que atravessa essa repartição entre papéis considerados produtivos e improdutivos.

A produção destes resultados de pesquisa densos, é, em grande medida, o fruto da autonomia da qual nos beneficiamos no âmbito dos diversos projetos fomentados por verba pública, assim como da possibilidade de elaborar, ao longo do tempo, um desenho de pesquisa multi-situado e multi-escalar. Desta forma, resultados ambíguos como a conjunção entre formas de combate e de “mercantilização da pobreza”, de reconhecimento da demanda social e de políticas de contenção de gastos, induzidas por organizações internacionais; assim como resultados de pesquisa não previstas tais como as “privatizações cruzadas”, assim como as relações intersetoriais em diversos níveis, da mesma forma do que as formas de coerção de mulheres, por mulheres de origens socialmente próximas, surgiram a partir deste desenho cuja pertinência se revelou como resultado, e não ponto de partida de pesquisa. Nesse sentido, a produção de resultados de pesquisa originais é muitas vezes tributária de suas condições de produção.

Bibliografia

- ARANGO, Luz Gabriela Gaivira; MOLINIER, Pascale. *El Trabajo y la ética del cuidado*, 2011.
- BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press, 2008 [1963].
- BRADSHAW Sarah. “From Structural Adjustment to Social Adjustment: A Gendered Analyses of conditional cash Transfer programmes in Mexico and Nicaragua”. *Global Social Policy*, 8 (2), p.188-207, 2008.
- CABANES, Robert; GEORGES, Isabel (orgs.). São Paulo, la ville d'en bas. Paris: l'Harmattan, 2009.
- CABANES, Robert; GEORGES, Isabel. “Gestion de la pauvreté et entrepreneuriat de soi : un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néolibérales?”. *Brésil(s), Sciences humaines et sociales*, 6, p.7-15, 2014.
- CABANES, Robert. et.al. (orgs.). *Sáidas de emergência. Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto; PANFICHI, Alado (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel (orgs.). *Le care, face morale morale du capitalisme. Assistance et police des familles en Amérique latine*. Bruxelles: Ed. Peter Lang, 2017.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. “Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo”. *Caderno CRH*, 27 (72), p.495-512, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEORGES, Isabel. “Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia: v. 14, n° 1, jan./jun. 2011. p. 73-85
- GEORGES, Isabel. “Les territoires du politique ? Une analyse des « jeux d'échelles » des « nouvelles » politiques sociales (São Paulo)”. In : TOMAZINI, Carla; DE SOUZA ROCHA LUKIC, Melina (orgs.). *L'analyse des politiques publiques au Brésil*. Paris: Collection Logiques Politiques, Harmattan, 2013. p. 101-121
- GEORGES, Isabel. “¿Hacia una nueva división social y sexual del trabajo en Brasil? Transformaciones del papel del Estado, de las configuraciones familiares y de los empleos de servicio a las personas”. *Revista Escritos Sociológicos*, Año 8, n° 12 et 13, Universidad Autónoma de Nuevo León, Facultad de Filosofía y Letras, UANL, Enero-Junio y Julio-Diciembre 2014. p. 49-55
- GEORGES, Isabel. “O “cuidado” como “quase-conceito” : por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente”. In DEBERT, Guíta Grin; PULHEZ, Mariana Marques (orgs.). *Textos didáticos, Desafios do cuidado : gênero, velhice e deficiên-*

cia, IFCH-Unicamp, n° 66, junho 2017. p. 125-151

GEORGES, Isabel; CEBALLOS, “Marco. Bolsa Familia y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local”. *Caderno CRH*, Salvador: v. 27, n. 72, Déc. 2014. p. 513-529

GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas configurações do trabalho e Economia solidária*. São Paulo: Ed. Annablume, 2012.

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba. “À la périphérie des droits : travail, précarité et politiques publiques”. In: GEORGES, Isabel ; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Les nouvelles configurations du travail et l'Économie sociale et solidaire au Brésil*. Paris: l'Harmattan, 2012, p. 65-88

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele S. “Práticas e dispositivos : escalas, territorios e atores”. *Contemporânea*, v. 6, n° 1, p. 51-73, Jan.-Jun. 2016.

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele. “Políticas sociais - tempos e territórios em disputa”. In: CUNHA, Márcia; GEORGES, Isabel; OTA, Nilton (orgs.). *Os tempos do social e da política*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

GEORGES, Isabel. SANTOS, Yumi Garcia dos. *As « novas » políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local de serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. “A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo”. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis. *Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público*. Rio de Janeiro: Ed. Faperj/Lamparina, 2013. p.159-177

GEORGES, Isabel; TRIPIER, Pierre (orgs.). *La démocratie participative au Brésil : Promesses tenues et dynamiques ouvertes*. Bruxelles: Éd. Peter Lang, 2012.

HOCHSCHILD, A. R. (2000). “Global care chains and emotional surplus value”. In HUTTON W.; GIDDENS, A. (Eds.). *On the edge: Living with global capitalism*. London: Jonathan Cape. p.130-146

HOCHSCHILD, A. R.; EHRENREICH, B. “Introduction”. In: HOCHSCHILD, A. R.; EHRENREICH, B. (Eds.). *Global woman: Nannies, maids, and sex workers in the new economy*. New York: Henry Holt and Company, 2002. p. 1-13

LAUTIER, Bruno. “Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine”. In: BORGEAUD-GARCIANDÍA, Natacha. et.al. (orgs.). *Penser le politique en Amérique Latine – La récréation des espaces et des formes du politique*. Paris: Karthala, 2009. p.19-36

LAUTIER, Bruno. “La diversité des systèmes de protection sociale en Amérique Latine: une proposition de méthode d’analyse des configurations de droits sociaux”. *Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs*, 11, Revue en ligne, 2012.

LAUTIER, Bruno. “O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina”. *Caderno CRH*, 27 (72), p.463-477, 2014.

- LIMA, Jacob Carlos. “Une nouvelle génération de politiques sociales au Brésil. Néolibéralisme et participation populaire”. In: DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel (orgs.). *Le care, face morale morale du capitalisme. Assistance et police des familles en Amérique latine*. Bruxelles: Ed. Peter Lang, 2017. p. 307-324.
- LIMA, Jacob Carlos; COCKELL, Fernanda F. “As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde”. *Trabalho, Educação, Saúde*, 6 (3), p.481-501, 2009.
- LIMA, Jacob Carlos; MOURA, Maria do Carmo. “Trabalho atípico e capital social: os agentes comunitários de saúde na Paraíba”. *Sociedade e Estado*, 20 (1), p.103-133, 2005.
- MIOTO, Regina. “A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências”. In: Lab Trad (org.). *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p.51-66
- MISSE, Michel. “As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio”. *Contemporaneidade e Educação*, 1 (2), p.93-116, 1997.
- MOLYNEUX, Maxine. “Mothers at the service of the New Poverty Agenda: Progress/Oportunidades, Mexico’s Conditional Transfer Programme”. *Social Policy and Administration*, 40 (4), p.425-449, 2006.
- RIZEK, Cibele S. “Políticas Sociais e Políticas de Cultura: territórios e privatizações cruzadas”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 15, p.199-209, 2013.
- RIZEK, Cibele S.; CARVALHO, Caio Santo Amore; CAMARGO, Camila M. “Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida-entidades”. *Caderno CRH*, 27, p.531-546, 2014.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1995 [1988].
- SANTOS, Yumi Garcia dos. “Família, trabalho e religião das mulheres assistidas em São Paulo”. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 44 (152), p.400-421, 2014.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Da informalidade a empregabilidade”. *Caderno CRH*, 37, p.81-109, 2002.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. “O eterno retorno ao informal: categorias resilientes, realidades desafiadoras, abordagens heterodoxas, comunicação oral”. *Latin American Studies Association*, Chicago, 2014.
- SINGER, André. *O Lulismo em crise*. São Paulo: Boitempo Ed., 2018.
- URQUIJO, Adira Amaya et.al. *Género y cuidado. Teorias, escenarios y políticas*. Centro interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo (CIDER), 2018.
- VERAS, Roberto de Oliveira. *Processos de heterogeneização entre trabalhadores do serviço público da saúde e previdência social no Brasil e em Pernambuco, comunicação oral*. 32o Congresso da ANPOCS, Caxambú: 2008.

• REBECCA LEMOS IGREJA • ODILE HOFFMANN • SIMONE RODRIGUES PINTO •

HACER CIENCIAS SOCIALES DESDE AMÉRICA LATINA: DESAFÍOS Y EXPERIENCIAS DE INVESTIGACIÓN



HACER CIENCIAS SOCIALES DESDE AMÉRICA LATINA es la primera obra publicada por la Colección Estudios Globales del Colegio Latinoamericano de Estudios Mundiales de la FLACSO. El Colegio es un centro de estudios globales que se asienta en la renovación de la forma de concebir a los Estudios Latinoamericanos, resaltando su potencialidad e importancia para la producción del conocimiento en el ámbito de las Ciencias Sociales y Humanas mundiales, y considerando, de manera primordial, su contribución para la comprensión de grandes temas, tales como el desarrollo, las desigualdades y la justicia social, entre otros, que afectan a distintas regiones del planeta. Además de ello, el Colegio resalta que los estudios latinoamericanos pueden contribuir en la producción de un pensamiento crítico que renueve a las propias Ciencias Sociales y Humanas, mediante una reflexión no solamente sobre la actualidad de sus marcos teóricos y metodológicos, sino además, de su papel en un contexto social global de desvalorización de la producción científica, especialmente, provocada, sobre todo, por intereses mercantilistas. Las Ciencias Sociales y Humanas buscan reposicionarse y fortalecerse en ese contexto y los Estudios Latinoamericanos tienen mucho para contribuir a partir de sus experiencias, en la producción académica mundial. Esta obra llega al encuentro de dicha aspiración trayendo de forma concreta los desafíos y experiencias de investigadores de diferentes países y de diversas instituciones, con actuación en campos de estudio igualmente variados.

REBECCA LEMOS IGREJA

ODILE HOFFMANN

SIMONE RODRIGUES PINTO

**HACER CIENCIAS
SOCIALES DESDE
AMÉRICA LATINA:
DESAFÍOS Y
EXPERIENCIAS DE
INVESTIGACIÓN**

Ficha catalográfica

I24h

Igreja, Rebecca Lemos.
Hacer ciencias sociales desde América latina:
desafíos y experiencias de investigación / Rebecca Lemos
Igreja; Odile Hoffmann; Simone Rodrigues Pinto –
Brasília : FLACSO, 2019.

ISBN 978-85-60379-58-3

Inclui bibliografía

1. Ciências sociais. 2. América Latina. I. Título.

CDD: 300(460)

CDU: 300(8=13)=134.2